

CORREIO NACIONAL

Jose Cruz/Agência Brasil



Seleção para receber transmissores tem 321 municípios

Divulgados municípios que vão ampliar rede pública

Um edital elaborado em parceria pela Empresa Brasil Comunicação (EBC), Ministério das Comunicações e Câmara dos Deputados vai garantir a ampliação do alcance da oferta do serviço de televisão digital, expandindo a Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP).

Houve mais de 800 inscrições ao chamamento público do programa Brasil Digital, com a seleção inicial de 321 municípios, por critério regional.

Novo Celular Seguro

O novo Celular Seguro foi lançado nesta quinta-feira (19) pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A atualização do programa inclui, além da nova identidade visual, a primeira etapa de implementação do Modo Recuperação. Na oportunidade, o ministro Ricardo Lewandowski assinou

O resultado do edital foi apresentado no auditório do Ministério das Comunicações, localizado em Brasília.

Participaram do evento o ministro Juscelino Filho, o secretário de Comunicação da Câmara dos Deputados, Jilmar Tatto, o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, João Brant, e o presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Flávio Lara Resende.

uma portaria que estabelece os novos fluxos do programa. A principal novidade é a opção de envio de alerta apenas para bloqueio da linha telefônica e das contas vinculadas às instituições parceiras, mantendo o IMEI (número de identificação internacional de equipamento móvel) do celular ativo.

91% dos empregos formais

O mercado de trabalho formal está abrindo mais portas para a população de baixa renda. Estudo realizado pela FGV aponta que, das mais de 3,4 milhões de contratações realizadas entre janeiro de 2023 e setembro de 2024, 91,49% foram para inscritos do CadÚnico (o equivalente a cerca de

3,1 milhões) e 71,11% (ou aproximadamente 2,4 milhões) para beneficiários do Bolsa Família. “É uma notícia boa para o Brasil, que segue crescendo. Estamos falando de 91% (das vagas ocupadas pelo público do CadÚnico), buscando trabalho e ocupando oportunidades de emprego no país.

A nova cesta básica

Garantir o direito humano à alimentação de qualidade e nutricionalmente saudável é uma das muitas iniciativas do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Dentre as ações está a Cesta Básica Nacional de Alimentos,

proposta incluída na Reforma Tributária, aprovada pelo Congresso Nacional nesta semana.

A Nova Cesta Básica Nacional de Alimentos é composta por alimentos que atendem a critérios de saudabilidade e garantem o direito humano à alimentação adequada na Constituição Federal.

MDHC lança curso

Estão abertas, a partir desta quinta-feira (19), as inscrições para o curso “Conceito contemporâneo da deficiência e o modelo biopsicossocial”. A formação tem o objetivo de instruir sobre o conceito biopsicossocial da deficiência de acordo com as mudanças introduzidas

pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e o conceito definido na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI).

O curso é resultado de uma parceria estratégica do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC).

Atenção primária do SUS

Para facilitar o dia a dia de trabalho da Unidade Básica de Saúde e melhorar a assistência aos cidadãos, o Ministério da Saúde lançou, na quinta, o Painel e-SUS APS. A nova ferramenta aperfeiçoará o monitoramento de dados populacionais e de saúde na atenção

primária, o acompanhamento de indicadores, a gestão do cuidado e a indução de boas práticas, impactando, consequentemente, o atendimento aos usuários. O software, desenvolvido com a FioCruz, é gratuito e integrado à base de dados local do sistema e-SUS APS.

Use o 13º salário para começar 2025 sem dívidas

Especialista explica como aliviar as pendências financeiras

Por Mateus Lincoln

O fim do ano traz expectativas para muitos, mas também desafios financeiros, principalmente para quem já está endividado. Segundo especialistas, este período pode ser uma oportunidade para reorganizar as finanças e começar o novo ano com mais equilíbrio. A estratégia principal é aproveitar o 13º salário de forma inteligente, utilizando esse recurso extra para aliviar as dívidas ou se preparar para gastos futuros.

O advogado especializado em direito bancário Luis Guilherme Lima destaca a importância de usar o 13º com cautela. “Esse dinheiro extra pode ser fundamental para resolver pendências financeiras. Porém, é essencial evitar gastá-lo de forma impulsiva, priorizando a quitação das dívidas e a criação de uma reserva para imprevistos”, explica.

Estratégias

Luis Guilherme sugere algumas orientações para quem deseja utilizar o 13º de forma estratégica. A primeira dica é focar nas dívidas com juros mais altos, como as do cartão



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Use com sabedoria, extra do 13o. para sanar as contas

de crédito e cheque especial.

“Essas dívidas têm um impacto significativo no orçamento e precisam ser resolvidas com urgência. Usar o 13º para quitá-las é um passo importante para melhorar a saúde financeira”, orienta.

Caso o valor do 13º não seja suficiente para quitar todas as dívidas, a segunda alternativa é utilizá-lo como entrada em uma renegociação. “Neste período, muitos credores ofere-

cem condições mais vantajosas. O consumidor pode negociar descontos à vista ou melhores parcelamentos, o que ajuda a reduzir o valor total das dívidas”, acrescenta o advogado.

Além disso, Luis Guilherme recomenda que uma parte do 13º seja reservada para cobrir despesas fixas no início do ano, como IPVA, material escolar e contas de janeiro. “Esses custos extras podem apertar o orçamento no começo de 2025, por

isso é importante se planejar com antecedência”, comentou o advogado.

Contas

Além de usar o 13º de forma estratégica, o especialista também orienta sobre os gastos típicos do fim de ano, como compras de Natal e festas. “É possível comemorar sem se endividar. Presentes simples e celebrações em casa são alternativas mais econômicas”, explica.

População indígena é mais urbana

Bruno Peres/Agência Brasil



IBGE divulga novo recorte de dados dos povos indígenas

A população indígena no Brasil é mais urbana do que rural. É o que revela o Censo Demográfico 2022. Nesta quinta-feira (19), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou novo recorte dos dados que envolvem os povos indígenas. Entre eles, há informações sobre a situação e localização de seus domicílios.

De acordo com o Censo Demográfico, 53,97% dos indígenas residentes no Brasil em 2022 viviam em área urbana. Em números absolutos, são 914,75 mil indivíduos. De outro lado, 780,09 mil moravam em área rural, o que representa 46,03% do total.

No Censo Demográfico anterior, realizado em 2010, eram 324,83 mil indígenas em áreas urbanas (36,22%) e 572,08 mil em áreas rurais (63,78%). Entretanto, o IBGE já admitiu que o levantamento de 2022 contou com aperfeiçoamentos no mapeamento de localidades indígenas em todo o país.

Esse é um dos motivos que explica como a população total de indígenas cresceu 88,96% em 12 anos. Conforme divulgado no ano passado, o salto foi de 896.917 em 2010 para 1.694.836 em 2022.

Os novos dados divulgados pelo IBGE nesta quinta-feira (19) indicam que os aperfeiçoamentos adotados no último levantamento geraram um mapeamento mais aprofundado, sobretudo dos indígenas que residem em área urbana. Entre

eles, o salto de 2010 para 2022 foi de 181,6%.

No recorte por regiões, o Sudeste destaca-se pelo maior percentual de população indígena residindo em situação urbana, com 77,25%. Na sequência, aparece o Nordeste com 62,3%. De outro lado, a população indígena rural se sobressai no Centro-Oeste (62,05%) e no Sul (58,2%). No Norte, há um equilíbrio: metade dos indígenas vive em área urbana e metade em ambiente rural.

O Censo Demográfico é a única pesquisa domiciliar que vai a todos os municípios do país. As informações levantadas subsidiam a elaboração de políticas públicas e decisões relacionadas com a alocação de recursos financeiros. O Brasil costuma realizar uma operação censitária a cada dez anos. O Censo 2022 deveria ter sido realizado em 2020, mas foi adiado duas vezes: primeiro devido à pandemia de covid-19 e depois por adversidades orçamentárias.

O novo recorte compartilhado pelo IBGE revela ainda que a população indígena urbana é mais velha do que a população indígena rural. Entre aqueles que residem em locais urbanizados, foi registrada uma idade mediana de 32 anos, três a menos do que os 35 anos da população total do país. Já os indígenas que vivem em áreas rurais integram uma população bem mais jovem. A idade mediana apurada foi de 18 anos.

STF

STF anuncia menor acervo de processos em 30 anos

No encerramento do Ano Judiciário 2024, nesta quinta-feira (19), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, anunciou uma redução de 15% no acervo de processos do Tribunal em relação a 2023.

Atualmente, há 20.355 processos em tramitação no STF, a menor marca registrada em 30 anos.

Nesta última sessão do ano, o ministro apresentou prestação de contas com os dados estatísticos e as atividades realizadas em 2024.

Conforme divulgado, o STF produziu mais de 114 mil decisões, sendo 92.805 monocráticas e 21.436 colegiadas.

STJ

Meio milhão de processos e um por minuto julgado

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) realizou, nesta quinta-feira (19), a sessão de encerramento do ano forense, marcada pela divulgação do balanço estatístico de 2024: foram mais de 677 mil decisões no ano, o que equivale a mais de uma por minuto.

Esse total supera o volume acumulado nos primeiros 11 anos de funcionamento do tribunal. Ao abrir a sessão, o presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, destacou que os números representam “um sistema insustentável e que não encontra precedente em nenhum outro tribunal nacional no mundo”.

TSE

Processos ficam suspensos em recesso

Começa na sexta o recesso forense, e até o dia 31 de janeiro, ficam suspensos os prazos de processos que tramitam no Tribunal Superior Eleitoral, conforme prevê a Portaria TSE nº 885/2024. Assim, ficam automaticamente prorrogados os prazos que porventura comecem ou se completarem nesse período. A Portaria também estabelece que, de 20 de dezembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025, a Secretaria do TSE funcionará em regime de plantão, com horário reduzido, das 13h às 18h. O recesso está previsto no Regimento Interno do TSE, bem como na norma que dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional

TCU

Resolução reconhece instituições de controle

Na quinta, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) aprovou por consenso resolução que fortalece o papel das instituições superiores de controle (ISC) na agenda global de mudança do clima, ao oferecer “avaliações independentes e objetivas” de políticas nacionais nessa área.

A resolução, proposta pelo governo brasileiro por intermédio da Representação do Brasil junto à ONU, em Nova Iorque, contou com apoio da Áustria e de mais 48 países para aprovação na organização. O texto ressalta a importância das instituições de controle na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.